

## O futuro da Igreja está na sinodalidade

O papa Francisco, de maneira eminente e com grande frequência, fala da necessidade de viver a sinodalidade na Igreja de hoje. Na sua perspectiva, viver e instaurar a sinodalidade na Igreja não é só a maior urgência, mas precisamente da prática da sinodalidade depende o futuro da Igreja e o remédio para muitas patologias que hoje emergem devastadoras e dolorosas.

Após o concílio Vaticano II estávamos habituados a falar de “colegialidade” episcopal e presbiteral, enquanto que o termo “sinodalidade” raramente estava presente na linguagem eclesial católica. E quando se evocava a sinodalidade, isso era feito com referência às instituições das Igrejas orientais-ortodoxas, indicando com o termo “sínodo-sinodalidade” a sua forma de governo. É significativo que nos anos de passagem entre os dois milénios tenha sido delineado e apresentado, primeiro a João Paulo II e depois a Bento XVI, um projeto para um sínodo permanente que estivesse ao lado do bispo de Roma, para o acompanhar no seu ministério petrino de solicitude por todas as Igrejas. Este projeto foi elaborado por alguns dos maiores teólogos e eclesiólogos, e foi levado à atenção dos dois papas com grande esperança. É assim que o sínodo era pensado e desejado, como renascimento da forma de governo da Igreja.

***Quais são as etapas a percorrer como “processo sinodal”? Ao início está a escuta: escuta da Igreja, escuta na Igreja, escuta do mundo entendido como humanidade***

Uma vez bispo de Roma, Francisco, depois de ter feito algumas referências à forma sinodal como estruturação das Igrejas ortodoxas, das quais extrai ensinamento, começou a usar o termo “sínodo-sinodalidade” com um significado muito mais amplo: sínodo é um processo, é uma modalidade de viver a Igreja; sínodo é o caminho eclesial que todos devem fazer juntos, porque os cristãos são companheiros de viagem, “sinodais”; comunhão; sínodo é também liturgia, sendo um ato de uma assembleia santa, sacramental.

É preciso, por isso, assumir uma conceção do sínodo e da sinodalidade que vá além do significado de um acontecimento pontualmente celebrado: a sinodalidade como estilo de vida eclesial, como processo simbólico, porque batizados e hierarquia o vivem em conjunto, como processo pericorético, porque se alimenta da circularidade entre todos os componentes da Igreja. Sim, admite-se que não estávamos prontos para tal compreensão da sinodalidade, e precisamente por isso de um lado devemos reconhecer um atraso da reflexão teológica sobre o tema, do outro devemos confessar uma dificuldade real em chegar a esta nova compreensão indicada pelo papa Francisco.

A propósito, seria muito importante a meditação e a oração do “Adsumus”, uma prece com que há mais de um milénio no ocidente se abrem as assembleias sinodais. Neste texto,

que é uma verdadeira epiclese [invocação do Espírito Santo] sobre a assembleia, está presente uma “confessio peccatorum ecclesiae”, portanto, uma “penitência” em que a Igreja se reconhece pecadora, mas sabe também colocar-se à escuta da Palavra de Deus e em escuta recíproca entre irmãos e irmãs, para procurar através do discernimento feito em conjunto a sinfonia espiritual nas ponderações e nas decisões.

***A escuta de todos, membros fortes ou frágeis, justos ou pecadores, inteligentes ou simples, judeus ou gregos, homens ou mulheres, é uma confissão prática e uma celebração da unidade dos batizados em Cristo***

Seja, no entanto, claro: nesta compreensão, um sínodo não pode ser uma assembleia reservada aos “quadros”, à hierarquia, a quantos estão à cabeça de grupos ou instituições, mas é uma assembleia de batizados em que cada um e todos devem ser escutados, devem confrontar-se no diálogo que não exclui os conflitos, devem encontrar convergências na caridade fraterna eclesial, devem produzir uma deliberação a que obedecer. Isto segundo o antigo princípio eclesial “quod omnes tangit, ab omnibus tractari et approbari deber”; “o que diz respeito a todos, por todos deve ser discutido e aprovado”.

Para compreender o processo sinodal, é preciso afirmar, antes de tudo e sempre que a sinodalidade só pode ser um caminho feito em conjunto pelos cristãos, sob a hegemonia do Espírito Santo prometido pelo Senhor Jesus à sua Igreja. O “sýn” (em conjunto, com) não implica só que os cristãos caminhem juntos, mas envolve também a ação do Espírito Santo, que, invocado, desce, inspira e acompanha todo o processo sinodal. Ou o sínodo é um acontecimento em que é o Espírito a ter o primado e a agir, ou não é um sínodo da Igreja, mas só um encontro, uma assembleia, uma instituição social. Porque no sínodo deve ser acontecer uma “conversão do coração”, uma inspiração que indica, ensina, mostra e revela qual é o caminho da Igreja segundo a vontade de Deus. Dito de outra maneira, deve tratar-se de um predispor tudo a fim de que o Espírito Santo possa conduzir até ao termo o trabalho iniciado. Quais são, portanto, as etapas a percorrer como “processo sinodal”?

Ao início está a escuta: escuta da Igreja, escuta na Igreja, escuta do mundo entendido como humanidade. Emergem sempre necessidades, desafios, crises, conflitos que devem em primeiro lugar ser lidos e escutados, não negligenciados nem removidos. Todo o povo de Deus deve exercitar esta vigilância e estar à escuta. Os Atos dos Apóstolos testemunham que a sinodalidade foi percorrida pela Igreja nascente já para reconstituir o grupo dos Doze, mutilado após a traição de Judas. Depois fez-se um caminho sinodal para resolver o conflito entre judeus e helenistas na repartição e partilha dos bens, e o mesmo aconteceu perante a ameaça de um cisma na comunidade cristã entre missionários evangelizadores dos pagãos e a comunidade dos judeocristãos de Jerusalém.

***Não estamos exercitados nesta escuta, e mesmo nas comunidades monásticas, que deveriam ser casas e escolas de sinodalidade, na realidade esta operação é difícil, de tal maneira que dá lugar a uma demissão geral e à escolha de deixar a palavra, e portanto a decisão, à autoridade***

Trata-se, por isso, de saber ler e escutar a realidade com os seus inesperados níveis de crítica. Escutar torna-se, conseqüentemente, escutar-se um ao outro, na vontade de aprender algo do outro e acolherem-se reciprocamente: a escuta de todos, membros fortes ou frágeis, justos ou pecadores, inteligentes ou simples, judeus ou gregos, homens ou mulheres, é uma confissão prática e uma celebração da unidade dos batizados em Cristo. Todos têm a mesma dignidade de filhos e filhas de Deus, e por isso de irmãos e irmãs de Jesus Cristo: «Um só corpo, um só espírito, uma só vocação», uma única comunhão eclesial! A Igreja é uma fraternidade (“adelphótes”), os cristãos são «pedras vivas do edifício espiritual» que é a Igreja, e em cada um deles está presente o Espírito Santo, a “unctio magistra”, aquele “odor” – diz o papa Francisco – que o habilita a narrar as maravilhas realizadas pelo Senhor, a reconhecer a sua ação e a viver a sua existência como dinâmica do Reino.

Comunidade profética, sacerdotal e real, a Igreja alimenta-se da corresponsabilidade de todos, na pluralidade dos dons e dos ministérios dados pelo Espírito Santo a cada um. O caminho sinodal é o caminho desta realidade que quer percorrer o mesmo caminho, permanecer unida numa comunhão real, para chegar à mesma meta: o reino de Deus. Tomar a palavra é por isso essencial na vida da Igreja, porque significa comunicar, entrar num debate, num diálogo que plasma quantos se escutam reciprocamente, e cria neles solidariedade e corresponsabilidade. Assim a sinodalidade é geradora de uma consciência eclesial, de uma fé pensada e motivada que torna todo o batizado protagonista da vida e da missão da Igreja.

Nesta escuta “horizontal” deve estar sempre presente a escuta do Evangelho, daquilo «que o Espírito diz às Igrejas». Quero dizer «nesta escuta» dos irmãos e das irmãs, e não «junto a esta escuta», porque não é possível separar a escuta intra-humana da escuta de Deus. Deus fala-nos nos acontecimentos, nos encontros com os outros, na espessura do quotidiano, quer escutemos a sua Palavra na liturgia ou na “lectio divina”, quer quando encontramos os nossos irmãos e irmãs em humanidade. É verdade que, no que respeita à escuta é preciso distinguir entre a dimensão litúrgica e o contacto direto com a Palavra contida nas Escrituras, por um lado, e a dimensão dos sinais dos tempos, da história, da vida diária, por outro.

***A sinodalidade não se esgota num acontecimento celebrado (um sínodo), mas deve surgir como estilo quotidiano da Igreja: caminhar juntos, pastores e povo de Deus, na peregrinação que toda a Igreja realiza para o Reino***

Em todo o caso, é verdadeiro que este primeiro passo da escuta recíproca e da tomada da palavra é hoje mais difícil e árduo, porque a sinodalidade requer obediência ao Evangelho, pertença eclesial, formação contínua, disponibilidade para a mudança e para a criatividade: não estamos exercitados nesta escuta, e mesmo nas comunidades monásticas, que deveriam ser casas e escolas de sinodalidade, na realidade esta operação é difícil, de tal maneira que dá lugar a uma demissão geral e à escolha de deixar a palavra, e portanto a decisão, à autoridade. Mas repito: o primeiro passo sinodal continua a ser a escuta recíproca, a tomada da palavra da parte de todos, ninguém excluído, a vontade de não esconder ou remover os conflitos, que devem ser enfrentados, a afirmação da fraternidade através do reconhecimento da subjetividade do outro e da sua responsabilidade. Toda a assembleia, e no seu interior cada um e cada uma com a escuta e a palavra, são capazes de mostrar o acordo «com toda a Igreja».

Depois desta primeira etapa, impõe-se empreender um caminho para decidir e deliberar. Os órgãos eclesiais de exercício da sinodalidade previstos até agora – sínodo dos bispos, sínodo diocesano, conselho presbiteral e pastoral, conselho pastoral paroquial – são todos consultivos, ou seja, prevêm uma consulta para chegar a uma deliberação sinodal. Consultar significa acolher um parecer ou uma proposição vindas de uma assembleia ou dos seus membros, mas a autoridade não está vinculada a estas propostas. Está vinculada a solicitá-las e a escutá-las, mas permanece livre no deliberar, e não tem sequer de honrar uma maioria expressa deste modo. A deliberação da Igreja realiza-se com o concurso de todos, mas nunca sem a autoridade pastoral (papa, bispo, pároco), a qual assume a responsabilidade pessoal da decisão, e no entanto «não se afastará das opiniões ou votos expressos em larga maioria, a não ser por graves motivos de caráter doutrinal, disciplinar ou litúrgico» (Congregação para os Bispos, “Apostolorum successores” 171, 2004). Seja em todo o caso reconhecido que, segundo o mesmo documento, no sínodo todos os membros são chamados a colaborar ativamente na elaboração das declarações e dos decretos.

A elaboração da decisão de uma assembleia sinodal pertence, portanto, aos membros que a compõem, enquanto que a decisão cabe à autoridade pastoral, que a assume e a delibera. É verdade que se admite que a expressão “votum tantum consultivum” (“voto só consultivo”) é inadequada para indicar a sinodalidade como caminho de comunhão; mas estamos só no início de uma nova aquisição de todo o processo sinodal, que hoje quer absolutamente reconhecer a diversidade dos carismas e dos ministérios, e a qualidade do povo de Deus enquanto sujeito que, alimentado pelo “sensus fidei”, é sem certo sentido infalível “in credendo” [ou seja, ao crer, não pode enganar-se, ainda que não encontre

palavras para explicar a sua fé]. Os pastores, juntamente com o povo de Deus, em sínodo, devem «examinar tudo e discernir aquilo que é bom», procurando sempre, em conjunto, a conformidade da vida e do comportamento do povo de Deus com o Evangelho.

Discernir e deliberar é um ato eclesial, inspirado pela Palavra de Deus, fruto do exame dos sinais dos tempos, gerado por uma escuta e por um debate fraterno que necessita do concurso de cada um e de todos para conseguir elaborar e decidir conjuntamente aquilo que em seguida é deliberado pela autoridade pastoral, que não pode dispensar o contributo dos diversos ministérios e carismas eclesiais. A sinodalidade não se esgota por isso num acontecimento celebrado (um sínodo), mas deve surgir como estilo quotidiano da Igreja: caminhar juntos, pastores e povo de Deus, na peregrinação que toda a Igreja realiza para o Reino. “Ex concordantia sussistit ecclesia”; “a Igreja subsiste a partir do acordo, da concórdia” entre todos os seus membros.

Desencadear processos sinodais na Igreja é não só urgente, mas também decisivo, para impedir uma situação de comunidade cristãs desfiadas que já não sentem a comunhão na Igreja local e na Igreja católica, universal.

Enzo Bianchi

In Monastero di Bose

Trad.: Rui Jorge Martins

Imagem: D.R.

Publicado em 15.05.2019